

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.: (251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org

**CONFERÊNCIA DA UNIÃO AFRICANA
18ª SESSÃO ORDINÁRIA
29 - 30 DE JANEIRO DE 2012
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

**Assembly/AU/6(XVIII)
Original: Inglês/Francês----()**

**PROJECTO DE
RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS
SUAS ACTIVIDADES E SOBRE A SITUAÇÃO DE PAZ E
SEGURANÇA EM ÁFRICA**

PROJECTO DE RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E SOBRE A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O Relatório do Conselho de Paz e Segurança (CPS) sobre as suas Actividades e a Situação de Paz e Segurança em África é apresentado nos termos da alínea q) do Artigo 7º, do Protocolo Relativo à Criação do CPS da União Africana (UA). De acordo com o Artigo, o CPS “apresentará, por intermédio do seu Presidente, relatórios de forma regular, à Conferência, sobre as suas Actividades e sobre a Situação de Paz e Segurança em África.” O presente relatório, elaborado em conformidade com o referido Artigo, abrange as actividades realizadas pelo CPS, no cumprimento do seu mandato durante o período de Julho de 2011 a Janeiro de 2012, e fornece uma visão geral da situação de paz e segurança no continente durante o período.

II. ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS

2. Desde a sua entrada em vigor, em Dezembro de 2003, cinquenta e um (51) Estados-membros assinaram o Protocolo do CPS, enquanto quarenta e quatro (44) o assinaram e ratificaram. Dois Estados-membros ainda não assinaram e nem ratificaram o Protocolo, nomeadamente, Cabo Verde e a Eritreia. Os seguintes Estados-membros assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: República Centro Africana (RCA), República Democrática do Congo (RDC), Guiné Bissau, República da Guiné, Libéria, Seychelles e Somália.

III. MEMBROS DO CPS E ROTATIVIDADE DA PRESIDÊNCIA

3. Conforme estipulado no nº1 do Artigo 5º do Protocolo, o CPS é constituído por quinze (15) membros com direitos iguais, eleitos da seguinte forma: 10 membros eleitos para um mandato de dois (2) anos e cinco (5) membros eleitos para um mandato de três (3) anos. A lista actual dos membros do CPS apresentada por ordem alfabética inglesa é a seguinte: Benim, Burundi, Chade, Côte d'Ivoire, Djibouti, Guiné Equatorial, Quênia, Líbia, Mali, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Ruanda, África do Sul e Zimbábwe.

4. Recorde-se que o Conselho Executivo, durante a sua 14ª Sessão Ordinária realizada de 28 a 29 de Janeiro de 2010, em Adis Abeba, realizou eleições para todos os quinze assentos do CPS, uma vez que encontravam-se vagos. Isto está em conformidade com decisão Assembly/AU/Dec.106 (VI) através da qual a Conferência delega as suas competências ao Conselho Executivo para a eleição dos membros do CPS, nos termos do nº 2 do Artigo 5º do Protocolo, para a actual e futuras eleições. O mandato dos dez (10) membros do CPS, eleitos em Janeiro de 2010, para um período de dois anos, termina em Janeiro de 2012. Deste modo, durante a sua 20ª Sessão Ordinária, a 26 e 27 de Janeiro de 2012, em Adis Abeba, o Conselho Executivo deverá eleger 10 Membros do CPS para um mandato de 2 anos.

5. Em conformidade com o Artigo 23º, do Regulamento Interno do CPS, a presidência do CPS é rotativa entre os seus membros, com uma periodicidade mensal, seguindo a lista dos membros do CPS, por ordem alfabética na língua inglesa. Durante o período em análise, a rotação da presidência do CPS foi a seguinte:

- | | |
|--------------------|---------------------|
| - Benim | Julho de 2011; |
| - Burundi | Agosto de 2011; |
| - Chade | Setembro de 2011; |
| - Ruanda | Outubro de 2011; |
| - Djibouti | Novembro de 2011; |
| - Guiné Equatorial | Dezembro de 2011; e |
| - Quénia | Janeiro de 2012. |

IV. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

6. Durante o período em análise, o CPS, no exercício do seu mandato, envidou esforços significativos para dar resposta às situações de conflito e de crises no continente, em estreita colaboração com actores envolvidos, incluindo os outros Órgãos da UA e das Comunidades Económicas Regionais/Mecanismos Regionais para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CER/MR), bem como o Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Comité Político e de Segurança da União Europeia e outros parceiros da UA. A este respeito, o CPS realizou vinte e cinco (25) reuniões, incluindo uma a nível dos Chefes de Estado e de Governo, em 26 de Agosto de 2011, em Adis Abeba, e uma a nível ministerial, em 21 de Setembro de 2011, em Nova Iorque.

7. Entre as reuniões realizadas durante o período abrangido pelo relatório, incluem as sessões de informação para a actualização das várias situações de paz e segurança e questões relacionadas. Os países e outras partes interessadas preocupadas com a situação e as questões discutidas foram convidados para essas reuniões, em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS e em linha com a prática estabelecida do CPS. As reuniões e as sessões de informação realizadas durante o período abrangido pelo relatório estão reflectidas no Anexo I do presente relatório.

A. Actividades relativas às situações de crise e de conflito e outras questões relacionadas

8. Durante o período em análise, o CPS analisou as seguintes situações de crise e de conflitos: Côte d'Ivoire, RDC, Egipto, Líbia, Madagáscar, República da Guiné, Somália, República do Sudão (Darfur) e as relações entre o Sudão e o Sudão do Sul, bem como a questão do Exercito de Resistência do Senhor (LRA).

(i) Darfur

9. Durante o período em análise, o CPS acompanhou activamente os vários aspectos relativos à situação em Darfur, particularmente nas actividades da Operação Híbrida União Africana-Nações Unidas em Darfur (UNAMID) e nas actividades do Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP) para o Sudão. Neste contexto, o

CPS realizou quatro reuniões (a 286ª reunião, realizada em 19 de Julho de 2011; a 297ª reunião, realizada em 20 de Outubro de 2011; a 300ª reunião, realizada em 28 de Novembro de 2011; e a 301ª reunião, realizada em 30 de Novembro de 2011).

10. Na sua 286ª reunião, realizada em 19 de Janeiro de 2011, o CPS, entre outros aspectos:

- registou com satisfação o progresso efectuado em relação ao envio da componente militar e policial da UNAMID;
- manifestou preocupação em relação à insegurança prevalecente em algumas partes de Darfur, resultando na perda de vidas humanas e na deslocação das populações civis;
- registou com satisfação a conclusão das conversações políticas de Doha, em particular a assinatura do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD) pelo Governo do Sudão (GdS) e pelo Movimento de Libertação e Justiça (LJM), em 14 de Julho de 2011;
- solicitou ao AUHIP e à UNAMID para que intensifiquem os seus esforços com vista ao lançamento do Processo Político de Darfur (DPP); e
- decidiu prolongar para um período adicional de 12 meses o mandato da UNAMID e solicitou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que faça o mesmo.

11. Na sua 297ª reunião, o CPS decidiu que o mandato do AUHIP fosse prolongado por um período de um (1) ano para facilitar a conclusão das questões pendentes, em conformidade com as decisões relevantes do Conselho e as recomendações do Painel de Alto Nível da UA em Darfur (AUPD).

12. Na sua 300ª e 301ª reuniões, realizadas nos dias 28 e 30 de Novembro de 2011, o CPS:

- tomou nota da intenção do Secretário-Geral das Nações Unidas em elaborar um Roteiro sobre a paz para Darfur, em estreita colaboração com a UA. A este respeito, o Conselho reitera a necessidade de considerar plenamente a posição da UA em Darfur, tal como exposto no seu comunicado de 29 de Outubro de 2009, aprovando o relatório do AUPD, e as decisões subsequentes da UA sobre o Darfur;
- reiterou o seu apoio aos esforços a serem envidados pelo AUHIP, com o apoio da UNAMID, para facilitar o rápido lançamento do DPP, em linha com as decisões relevantes da UA. Neste contexto, o CPS saudou o compromisso do GdS em criar um ambiente favorável, solicitou ao AUHIP e à UNAMID a intensificarem os seus esforços, com vista a envolver todos os intervenientes em Darfur e apelou aos parceiros da UA, particularmente o Conselho de Segurança das Nações Unidas e os seus membros, bem como

à comunidade internacional, em geral, a apoiarem plenamente este Processo.

(ii) Sudão /Sudão do Sul

13. No que diz respeito às relações entre o Sudão e o Sul do Sudão, o CPS realizou duas reuniões (a 301ª reunião, realizada em 30 de Novembro de 2011 e a 308ª reunião, realizada em 16 de Janeiro de 2012). Na sua 301ª reunião, o CPS:

- saudou o progresso feito até o momento nas negociações ocorridas após a secessão;
- sublinhou a responsabilidade primordial da liderança do Sudão e do Sudão do Sul em garantir que as questões pendentes sejam rapidamente resolvidas, em conformidade com o princípio basilar e acordado de dois Estados viáveis, em paz e que se apoiam mutuamente;
- reiterou o apoio pleno da UA ao Acordo sobre Abyei e exortou o Sudão e o Sudão do Sul a implementarem fielmente e de forma incondicional as suas obrigações estabelecidas no Acordo e felicitou a Força de Segurança Provisória das Nações Unidas para Abyei (UNISFA) pelos seus esforços incansáveis no cumprimento do seu mandato;
- sublinhou o papel crítico que a comunidade internacional pode desempenhar na concretização do objectivo de coexistência de dois Estados viáveis, incluindo o levantamento imediato das sanções impostas ao Sudão, a concessão de auxílio ao alívio da dívida e o fornecimento de apoio financeiro adequado e atempado por forma a diminuir o impacto negativo que a economia sudanesa sofreu com a perda de elevados rendimentos na sequência da secessão com o Sudão do Sul, e o fornecimento de ajuda e assistência técnica ao novo Estado do Sudão do Sul, bem como o apoio político a uma abordagem holística para a paz.

14. Na sua 308ª reunião, o CPS:

- felicitou o progresso registado nas negociações, particularmente em relação à demarcação das fronteiras entre o Sudão e o Sudão do Sul;
- manifestou profunda preocupação em relação à falta de progresso na abordagem de questões fulcrais que afectam as relações entre os dois Estados, nomeadamente a questão da nacionalidade, segurança fronteiriça, Abyei, o petróleo e o acesso humanitário;
- destacou a responsabilidade primordial da liderança do Sudão e do Sudão do Sul em resolverem as questões pendentes em prol do seu povo e da paz e segurança regional.

(iii) República da Guiné

15. Na sua 287ª reunião, realizada em 21 de Julho de 2011, após o ataque na residência do Presidente Alpha Condé, o CPS:

- condenou firmemente o ataque e reiterou a posição de princípio da UA, de total rejeição à violência, em particular aos assassinatos políticos; e
- saudou o discurso à nação proferido pelo Presidente Alpha Condé, em 18 de Julho de 2011, e exortou as partes na Guiné a promoverem o diálogo e a trabalharem em colaboração para a criação de condições favoráveis à preparação e realização com sucesso de eleições legislativas pacíficas, livres, justas, transparentes e credíveis.

(iv) Côte d'Ivoire

16. O CPS analisou a situação pós-conflito na Côte d'Ivoire na sua 288ª reunião, realizada em 10 de Agosto de 2011. Na ocasião, o CPS:

- registou com satisfação o progresso feito no processo do retorno a normalidade na Côte d'Ivoire desde que o Presidente Alassane Dramane Ouattara assumiu o poder e na criação do Governo a 1 de Junho de 2011; e
- solicitou à Comissão que trabalhe em estreita colaboração com os parceiros da UA, incluindo a CEDEAO, as Nações Unidas, a União Europeia e os parceiros bilaterais, para:
 - enviar imediatamente uma missão para avaliar a situação do refugiados da Côte d'Ivoire nos países vizinhos e os requisitos para o seu rápido regresso,
 - prestar apoio para a reconstrução e desenvolvimento pós-conflito; e
 - facilitar e apoiar a cooperação e as acções conjuntas entre os países da região na resolução das questões relacionadas com a segurança.

(v) Somália

17. Durante o período abrangido pelo relatório, o CPS realizou quatro (4) reuniões para analisar a situação na Somália (a 285ª reunião, realizada em 13 de Julho de 2011, a 289ª reunião, realizada em 16 de Agosto de 2011, a 293ª reunião, realizada em 13 de Setembro de 2011, a 298ª reunião, realizada em 17 de Novembro de 2011, a 302ª reunião, realizada em 2 de Dezembro de 2011, a 304ª reunião, realizada em 22 de Dezembro de 2011 e a 306ª reunião, realizada em 5 de Janeiro de 2012).

18. Na sua 285ª reunião, o CPS registou com profunda preocupação a situação humanitária na Somália e exortou a todos os Estados-membros a contribuírem, de todas as formas, para aliviar o sofrimento da população somali. O CPS também apelou às ONG humanitárias africanas a contribuírem nos esforços em curso.

19. Na sua 289ª reunião, realizada em 16 de Agosto de 2011, o CPS:
- saudou o alargamento do Governo Federal de Transição (TFG) e o controlo pelas forças da AMISOM das áreas antigamente ocupadas pelo Al-Shabbab em Mogadishu;
 - encorajou as forças do TFG e da AMISOM a prosseguirem os seus esforços;
 - apelou ao TFG a tomar todas as medidas necessárias para a implementação célere das tarefas transitórias ainda pendentes; e
 - saudou a iniciativa da Comissão ao realizar um workshop de consulta, a 17 e 18 de Agosto de 2011, em Adis Abeba, que reuniu todos os intervenientes para identificar medidas concretas a serem tomadas nos próximos meses, a fim de colocar à disposição da AMISOM os meios necessários para responder aos actuais desafios.
20. Na sua 293ª reunião, realizada em 13 de Setembro de 2011, o CPS:
- saudou o Roteiro adoptado pela reunião consultiva realizada de 4 a 6 de Setembro de 2011, em Mogadishu, que estabelece os principais resultados a serem alcançados antes de Agosto de 2012, os prazos para a conclusão de cada tarefa e as instituições responsáveis, os recursos necessários e os mecanismos para assegurar o cumprimento das obrigações pelas Instituições Federais de Transição (TFIs);
 - apelou à comunidade internacional, em particular as Nações Unidas, que tome as medidas necessárias e que assuma plenamente as suas responsabilidades perante a população somali, em conformidade com as disposições relevantes da Carta das Nações Unidas;
 - aprovou o conceito de operações revisto (CONOPS-r) para a AMISOM, que foi elaborado com base nas conclusões do workshop técnico consultivo convocado pela Comissão a 17 e 18 de Agosto de 2011, em Adis Abeba;
 - solicitou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, em conformidade com a sua responsabilidade principal na manutenção da paz e segurança internacional, a reiterar o seu compromisso para autorizar o envio da Missão das Nações Unidas para substituir a AMISOM e apoiar a reconstrução e a estabilização a longo prazo na Somália. Entretanto, solicitou ao Conselho de Segurança a autorizar o reforço do pacote de apoio fornecido pelas Nações Unidas, no quadro das resoluções 1863(2009) e 1964(2010); e
 - decidiu realizar, com a maior brevidade possível, uma visita a Mogadishu para manifestar o seu apoio ao processo de paz e reconciliação na Somália bem como os esforços da AMISOM, e avaliar a situação no terreno. Solicitou à Comissão a proceder aos preparativos necessários;

21. Na sua 298^a reunião, realizada em 17 de Novembro de 2011, o CPS:
- felicitou as forças do TFG e da Missão da UA na Somália (AMISOM) pela coragem e dedicação;
 - saudou a iniciativa da Comissão ao convocar uma reunião ministerial dos Países que contribuem com tropas para a AMISOM e outros países e instituições interessadas, em 14 de Novembro de 2011, em Adis Abeba;
 - sublinhou a necessidade de os intervenientes na Somália honrarem plenamente e em tempo oportuno os seus compromissos, no quadro do Acordo de Kampala e do Roteiro Político, para que os aspectos políticos e militares dos esforços actuais possam avançar em simultâneo; e
 - reiterou o seu apelo às Nações Unidas para que reforce o seu apoio à AMISOM, por forma a que esta possa cumprir eficazmente o seu mandato e possa alargar a sua área de actuação.
22. Na sua 302^a reunião, realizada em 2 de Dezembro de 2011, o CPS:
- manifestou, uma vez mais, o reconhecimento da UA aos TCC, e manifestou aguardar com expectativa o envio de mais tropas pelo Burundi, Djibouti e o Uganda, bem como a reconsideração manifestada pelo Conselho de Segurança em enviar 12.000 tropas;
 - solicitou ao Quénia a considerar favoravelmente a integração das suas forças na AMISOM, no âmbito da próxima fase de destacamento da AMISOM, e saudou a decisão da República Federal da Etiópia em apoiar a operação AMISOM-TFG-Quénia;
 - exortou as TFIs, os signatários do Roteiro, os garantes e a comunidade internacional em geral a apoiarem a realização dos principais objectivos no Roteiro;
 - solicitou à Comissão que acelere a finalização do Conceito Estratégico para a sua rápida apreciação pelo Conselho e para o envolvimento imediato das Nações Unidas e outros parceiros relevantes, com vista a assegurar apoio para a segunda fase da implementação do mandato da AMISOM;
 - exortou, uma vez mais, o Conselho de Segurança das Nações Unidas a considerar a autorização de fundos do orçamento estatutário para a AMISOM, para o apoio necessário às missões, tais como o reforço do pessoal, multiplicadores de força, equipamento do contingente, bem como subsídios para as tropas e para as Unidades de Polícia Constituída previstas no Conceito Estratégico;

- solicitou à Comissão a propor recomendações para reforçar o mandato da AMISOM; e
 - reiterou os apelos anteriormente feitos ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para adoptar uma resolução que imponha medidas para controlar o acesso aos portos de Kismayo, Harardhere, Marka e Barawe, bem como a criação de uma área de exclusão aérea para cortar o fornecimento de armas ao Al Shabaab.
23. Na sua 305ª reunião, realizada em 22 de Dezembro de 2011, o CPS:
- saudou os esforços envidados pela Missão de Avaliação Técnica UA-ONU (TAM), com vista à finalização do Conceito Estratégico para a próxima fase de implementação do mandato da AMISOM;
 - solicitou à Comissão a prosseguir activamente e completar o processo de consultas para a finalização do Conceito Estratégico, em particular através da convocação imediata de uma reunião dos Chefes de Estado Maior e Ministros da Defesa dos TCCs e de outros países interessados; e
 - reiterou que os recentes desenvolvimentos no terreno, causados pela retirada forçada do Al Shabaab de Mogadíscio e pelas operações conjuntas das forças quenianas e do TFG no centro-meridional da Somália, abrem uma janela de oportunidade única para melhorar a segurança e reforçar a reconciliação e a estabilidade.
24. Na sua 306ª reunião, realizada em 5 de Janeiro de 2012, o CPS:
- aprovou o Conceito Estratégico para as futuras operações da AMISOM, como uma ferramenta de planeamento para reforçar a capacidade da AMISOM e maximizar os ganhos alcançados no terreno;
 - exortou o Conselho de Segurança das Nações Unidas a analisar e autorizar, de forma expedita, o apoio necessário para a implementação imediata do Conceito Estratégico;
 - solicitou à Comissão a acelerar a preparação e as consultas sobre os requisitos do plano de acompanhamento, incluindo a elaboração e finalização rápida de uma nova AMISOM CONOPS, para dar resposta adequada a todas as questões relevantes, tais como o comando e o controlo, a ligação e a coordenação e o efectivo necessário por sector;
 - saudou a iniciativa do Primeiro-ministro do Reino Unido em ter convocado uma Cimeira Especial sobre a Somália, em 23 de Fevereiro de 2012, em Londres; e
 - decidiu renovar o mandato da AMISOM para um período adicional de 12 meses, a partir de 16 de Janeiro de 2012.

(vi) Líbia

25. Durante o período em análise, o CPS realizou cinco (5) reuniões sobre a situação da Líbia: a 285ª reunião, realizada em 13 de Julho de 2011, a 290ª reunião, realizada em 22 de Agosto de 2011; a 291ª reunião, realizada em 26 de Agosto de 2011, a 294ª reunião, realizada em 21 de Setembro de 2011 e a 297ª reunião, realizada em 20 de Outubro de 2011. Na sua 285ª reunião, o CPS:

- sublinhou que as Propostas para um Acordo-Quadro sobre uma Solução Política à Crise na Líbia, conforme aprovado pela Conferência da União em Malabo, constitui uma base viável para a saída da crise;
- manifestou apoio para a interacção técnica entre a Comissão e o Comité *ad hoc* de Alto Nível, por um lado, e as partes na Líbia, por outro lado; e
- encorajou o Comité *ad hoc* a prosseguir e intensificar os seus esforços, de acordo com o mandato da Conferência em Malabo, e em conformidade com as disposições do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, bem como o nº 2, da resolução 1973(2011) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

26. Na sua 290ª reunião, o CPS foi informado sobre a situação na Líbia. Na sua 291ª reunião, o CPS:

- tomou nota do comunicado adoptado pelo Comité *ad hoc* de Alto Nível da UA sobre a Líbia, na sua reunião realizada em 14 de Setembro de 2011, em Pretoria, e das recomendações nele contidas, bem como a declaração elaborada pelo Presidente da União, na reunião de Alto Nível patrocinada pelas Nações Unidas, realizada em 20 de Setembro de 2011, em Nova Iorque;
- reiterou a profunda preocupação da UA em relação à proliferação das armas provenientes dos depósitos militares líbios, e o seu impacto na segurança e estabilidade regional;
- apelou aos Estados-membros e aos parceiros a cooperarem com a Comissão para a rápida realização de uma conferência de promessa de contribuições, com vista à mobilizar recursos para a reintegração socioeconómica dos trabalhadores emigrantes africanos nos seus países de origem; e
- tomou nota das disposições da resolução 2009 (2011), e solicitou ao Conselho de Segurança a suspender as medidas impostas no que respeita à zona de exclusão aérea e à proibição de voos e a cancelar a autorização dada aos Estados-membros a este respeito.

27. Na sua 294ª reunião, o CPS:

- apelou à formação de um Governo de transição inclusivo, ao estabelecimento de um quadro constitucional e legislativo para a transformação democrática da Líbia;

- aprovou o relatório da reunião do Comité *ad hoc* de Alto Nível da UA sobre a Líbia, realizada em 25 de Agosto de 2011, e solicitou ao Comité a prosseguir activamente no cumprimento do mandato que lhe foi conferido; e
- solicitou à Comissão que continue a trabalhar em estreita colaboração com os países implicados, para identificar as vias para a solução dos desafios ligados à proliferação da armas provenientes dos depósitos militares líbios.

28. Na sua 297^a reunião, o CPS:

- tendo em conta a singularidade da situação na Líbia e as circunstâncias excepcionais que a rodeiam, e sem prejuízo dos instrumentos relevantes da UA, decidiu autorizar as actuais autoridades na Líbia a ocuparem o assento da Líbia na UA e nos seus órgãos; e
- autorizou o Presidente da Comissão a tomar as medidas necessárias para a rápida abertura de um Escritório de Ligação da UA em Trípoli, para apoiar os esforços que visam estabilizar a situação na Líbia, promover a reconciliação a inclusão nacional e facilitar o processo de transição para a criação de instituições democráticas, assentes em disposições relevantes do Roteiro da UA.

(vii) República Democrática do Congo

29. Na sua 298^a reunião realizada em 17 de Novembro de 2011, o CPS elogiou as visitas realizadas à República Democrática do Congo (RDC) pelo Painel de Sábios e pelo Presidente da Comissão, antes das eleições de 28 de Novembro de 2010, e aprovou as mensagens que foram entregues a todos os actores congolezes na ocasião. O CPS solicitou ao Presidente da Comissão que continue a seguir de perto a evolução da situação e tome todas as iniciativas que considere necessárias para apoiar o processo eleitoral e facilitar a sua boa condução.

(viii) Egipto

30. Na sua 299^a reunião realizada em 22 de Novembro de 2011, o CPS exprimiu a sua profunda preocupação em relação aos violentos incidentes ocorridos no Egipto e lamentou a perda de vidas humanas registada. O CPS apelou vivamente à máxima contenção de todas as partes envolvidas, particularmente às autoridades de transição e às forças de segurança. O CPS solicitou ao Presidente da Comissão e ao Painel dos Sábios a continuarem a acompanhar de perto a evolução da situação e a prestarem todo o apoio possível para facilitar a conclusão da transição, com a realização de eleições de instituições democráticas.

(ix) Madagáscar

31. O Conselho realizou duas (2) reuniões sobre a situação no Madagáscar: a 283ª reunião, realizada em 12 de Julho e a 303ª reunião, realizada em 8 de Dezembro de 2011. Na sua 283ª reunião, o CPS:

- salientou a necessidade de esforços contínuos para o alcance de uma solução duradoura para a crise no Madagáscar, no quadro dos instrumentos da UA relativos às mudanças institucionais de Governo;
- tomou nota da decisão da Cimeira Extraordinária da SADC, realizada a 11 e 12 de Junho de 2011, em Sandton, África do Sul, em que os Chefes de Estado e de Governo, entre outros aspectos, aprovaram, com emendas, o Roteiro para a saída da crise no Madagáscar; e
- solicitou à Comissão e ao Secretariado da SADC a tomarem as medidas necessárias para que haja uma presença conjunta no terreno para melhor acompanhar a evolução da situação e facilitar a implementação do Roteiro da SADC.

32. Na sua 303ª reunião, o CPS:

- registou com satisfação os progressos significativos alcançados na reconciliação nacional e nos processos que conduziram à saída da crise;
- solicitou às partes no Madagáscar a implementarem de forma escrupulosa os compromissos assumidos, incluindo a criação da Comissão Nacional Eleitoral Independente (INEC), num espírito de consenso e inclusão, e a preparação e organização de eleições livres, transparentes e credíveis que irão coroar a Transição;
- exortou o movimento do antigo presidente *Zafy* a juntar-se ao Conselho Superior de Transição e ao Congresso de Transição, bem como a submeter os nomes dos seus candidatos, e apelou com veemência ao *Movimento* a juntar-se a Transição;
- solicitou à Comissão e ao Secretariado da SADC a acelerarem o processo de abertura de um Escritório Conjunto de Ligação em Antananarivo que irá assegurar o acompanhamento eficaz da situação e fornecer apoio diário aos esforços das partes no Madagáscar.

(x) Questão do Exército de Resistência do Senhor (LRA)

33. O Conselho realizou duas (2) reuniões sobre a questão do LRA: a 295ª reunião e 299ª reunião, em 27 de Setembro e 22 de Novembro de 2011, respectivamente. Na sua 295ª reunião, o CPS:

- felicitou os Estados-membros afectados pela cooperação desenvolvida entre eles e pelos seus esforços na luta contra o LRA e elogiou a Comissão pelas medidas já tomadas nos termos das decisões relevantes da UA;
- manifestou a sua profunda preocupação em relação às permanentes actividades criminosas do LRA e seus efeitos devastadores; e
- solicitou à Comissão que submeta ao Conselho um relatório sobre as modalidades de implementação dos principais mecanismos previstos na iniciativa de cooperação regional da UA para a eliminação do LRA, para que o Conselho possa autorizar a operação prevista.

34. Na sua 299ª reunião, o CPS:

- elogiou os países da região pela cooperação estabelecida entre si, bem como pela cooperação com a Comissão na implementação das decisões relevantes da UA sobre o LRA;
- decidiu, de acordo com pedido da Conferência da União, tal como consta na decisão Assembly/AU/Dec.369 (XVII), a autorizar, como iniciativa da UA com o apoio da comunidade internacional, a implementação da Iniciativa Regional de Cooperação para a Eliminação do LRA (RCI-LRA), para um período inicial de seis (6) meses; e
- sublinhou a necessidade para a reabilitação das áreas afectadas pelas actividades do LRA e solicitou à Comissão, em consulta com as Nações Unidas e outras instituições internacionais competentes, a contribuir na formulação de uma estratégia adequada e na mobilização dos recursos necessários para este fim.

B. Análise das Questões Temáticas

35. Durante o período em análise, o CPS tratou das seguintes questões temáticas:

(i) Terrorismo

36. Na sua 303ª reunião, realizada em 8 de Dezembro de 2011, o CPS:

- manifestou profunda preocupação em relação ao agravamento do flagelo do terrorismo em África e às crescentes ligações entre o terrorismo e o crime organizado transnacional;
- instou os Estados-membros que ainda não o tenham feito, a tomarem as medidas necessárias, sem mais demora, para a adesão à Convenção 1999 e ao seu Protocolo 2004, bem como aos instrumentos internacionais relevantes; e
- tomou nota da proposta apresentada pela Comissão sobre as funções e as modalidades do trabalho do Subcomité do Conselho de Paz e Segurança para a

Luta contra o Terrorismo e comprometeu-se em finalizar rapidamente o documento.

(ii) Parceria entre a União Africana e as Nações Unidas

37. Na sua 307ª reunião, realizada em 9 de Janeiro de 2012, para analisar a parceria entre a União Africana e as Nações Unidas sobre paz e segurança, o CPS:

- enfatizou a necessidade da adopção de abordagens inovadoras para a pacificação e a manutenção da paz, a fim de dar resposta aos desafios de paz e segurança do continente;
- reiterou a firme convicção da UA na necessidade de a União Africana e as Nações Unidas, com base nos progressos já alcançados e nas lições aprendidas, desenvolverem uma parceria mais forte, assente numa leitura inovadora estratégica e voltada para o futuro do Capítulo VIII da Carta da Nações Unidas, a fim de promover eficazmente a paz, a segurança e a estabilidade em África;
- reiterou o seu apelo às Nações Unidas para que trate, de forma sistemática, da questão da previsibilidade, sustentabilidade e flexibilidade do financiamento das operações de apoio de paz da UA, levadas a cabo com o consentimento do Conselho de Segurança, com a contribuição estatutária das Nações Unidas; e
- reiterou ainda o imperativo de acelerar a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de pôr termo ao preconceito histórico sobre África em relação a adesão ao Conselho de Segurança.

C. Participação do CPS nas actividades de paz e segurança de outros Órgãos da UA

38. Em resposta ao convite formulado pelo Governo da República Popular da China, uma delegação da UA, chefiada pelo Embaixador Cherif Mahamat Zene, Representante Permanente da República do Chade junto da UA, na sua qualidade de Presidente do CPS, durante o mês de Setembro, participou de 13 a 18 de Setembro de 2011, em Beijing, num Workshop China/UA sobre as questões da paz e segurança. O Workshop teve como principal objectivo o reforço da cooperação e parceria entre a UA e a China no domínio da paz e segurança, num quadro mais alargado do Fórum China-África. O Workshop permitiu a ambas as partes identificar as vias e os meios para reforçar o apoio da China aos esforços de paz da UA, no contexto da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA), incluindo a possível criação de um Mecanismo de Paz entre a China e África. Na sua 296ª reunião, realizada em 17 de Outubro de 2011, o CPS saudou o resultado desta missão e manifestou o seu apreço às autoridades chinesas pela disponibilidade apresentada no apoio aos esforços da UA para a promoção da paz, segurança e estabilidade em África.

D. Reuniões dos Órgãos Subsidiários do CPS

39. Durante o período em análise, e como seguimento das suas recomendações sobre o conflito e a violência ligada às eleições, conforme aprovado pela Conferência em Julho de 2009, o Painel realizou uma missão à RDC, antes das eleições em 28 de Novembro de 2011. Os membros do Painel também juntaram-se ao Presidente da Comissão durante a visita realizada à RDC, no início de Novembro de 2011.

40. Nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2011, em Zanzibar, o Painel realizou a sua 11ª reunião, durante a qual analisou a situação de paz e segurança no continente e acordou nas medidas a tomar, bem como no seu programa de trabalho para 2012. Em particular, o Painel discutiu também sobre a situação na Líbia, Côte d'Ivoire, Somália, Egito, Tunísia e a RDC. O Painel também procedeu a uma troca de impressões em relação ao seu relatório temático sobre a mulher e a criança nos conflitos armados. O relatório será apresentado, em devida altura, aos órgãos relevantes da UA para apreciação e adopção. O Painel acordou igualmente em submeter as suas recomendações relativas ao Quadro Africano sobre a Não-Impunidade, Justiça e Reconciliação Nacional aos Estados-membros, para servir de orientação em função do qual poderão, sempre que necessário, dar respostas aos desafios de paz, justiça e reconciliação.

41. A 11ª reunião do Painel foi precedida por um Workshop sobre o tema: "*Reforçar a governação política para a paz, segurança e estabilidade em África*", decorrido de 5 a 6 de Dezembro de 2011, organizado com o apoio do Centro de Liderança Africano, baseado em Nairobi. O workshop contou com a participação dos membros do Painel de Sábios, eminentes personalidades africanas, representantes das CER, organizações da sociedade civil e grupos de reflexão, bem como parceiros, e a sua abertura teve a cargo do ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Tanzânia, o Sr. Bernard Membe. Este workshop foi realizado com vista a dar seguimento ao comunicado da 275ª reunião do CPS, realizado em Adis Abeba, em 26 de Abril de 2011, que solicitou ao Painel a realizar uma revisão global dos mecanismos existentes relativos à democratização e governação em África, a fim de propor recomendações concretas ao CPS.

42. O Painel reviu as recomendações iniciais do workshop e acordou em aprofundar a sua reflexão, através de consultas alargadas com todas as partes envolvidas, incluindo o Parlamento Pan-Africano, a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, as CER, os grupos africanos de reflexão, as instituições académicas e as organizações da sociedade civil. Entretanto, o Painel encorajou as organizações africanas da sociedade civil a contribuírem activamente neste processo, promovendo debates e discussões a nível das bases, bem como a contribuírem no acompanhamento da implementação dos instrumentos relevantes da UA, sobre governação e democracia. O Painel decidiu finalizar as suas reflexões sobre todas as questões relevantes na sua próxima reunião, que será precedida por um outro Workshop preparatório.

43. Finalmente, o Painel manteve estreitas consultas com o Presidente da Comissão e o Comissário para a Paz e Segurança, bem como com o CPS. Em 17 de Novembro

de 2011, o Painel informou o CPS sobre as suas actividades. Por seu lado, o CPS felicitou o Painel, pelo seu empenho e contribuição para a paz, segurança e estabilidade no continente.

E. Sessões de informação dos Presidentes do CPS ao Comité dos Representantes Permanentes (CRP)

44. De acordo com o Artigo 7º do Protocolo do CPS e as conclusões do Retiro do CPS, realizado em Julho de 2007, em Dakar, sobre os métodos de trabalho e, a fim de manter todos os Estados-membros informados das actividades do CPS, o/a presidente do CPS no final do seu mandato de um (1) mês, informa o CRP sobre as actividades realizadas pelo CPS durante o mês. Desta forma, os sucessivos presidentes do CPS, durante o período em análise, prestaram informação ao CRP sobre as actividades realizadas pelo CPS ao longo dos respectivos meses.

V. SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

45. A situação de paz e segurança no continente continua a ser um contraste. Embora progressos tenham sido feitos, ainda há muitos problemas por resolver, relativamente ao impasse persistente em algumas situações de conflito, dificuldades na implementação dos acordos de paz, ou problemas ligados à consolidação da paz. Os pontos seguintes apresentam o ponto de situação relativamente à evolução da situação de paz e segurança no terreno. Abrangem igualmente os progressos registados em relação ao flagelo do terrorismo. Por fim, abordam a parceria entre a UA e as Nações Unidas no domínio da paz e segurança.

A. Situação no terreno

(i) Comores

46. Nas Comores, os últimos seis meses foram marcados pela consolidação dos progressos realizados no processo de reconciliação nacional, designadamente através das medidas tomadas pelo Presidente Ikililou Dhoinine e seu Governo. A este respeito, importa assinalar a unificação da polícia nacional, em 21 de Setembro do ano transacto, pondo fim igualmente ao conflito sobre as prerrogativas das instâncias centrais e insulares em matéria de segurança interna e gestão do corpo policial. Entretanto, as Comores continuam a enfrentar uma série de problemas. No plano económico, a situação continua difícil. Uma assistência internacional adequada será mais do que nunca necessária. A este respeito, a Conferência poderá, mais uma vez, lançar um apelo para que os compromissos assumidos durante a Conferência de Doha a favor das Comores, realizada em 23 de Fevereiro de 2011, sejam honrados com diligência. Isso permitirá a colocação à disposição das autoridades comorenses, os recursos necessários para a execução do Programa Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reinserção (PNDDR) em Anjouan, com vista a concluir com a recolha de armas individuais ainda em circulação na Ilha e a dar resposta a outros problemas conexos.

47. Além disso, a questão da Ilha Mayote das Comores, com o estatuto de Departamento francês desde 31 de Março de 2011, continua a suscitar tensões com a França. O Governo comores reiterou a rejeição das Comores em relação às decisões e iniciativas tomadas pela França e, solicitou a reactivação urgente do « Comité dos Sete » responsável pela questão de Mayotte ou, na falta deste, a criação de um mecanismo de mediação.

(ii) Madagáscar

48. Registaram-se progressos na resolução da crise política de Madagáscar, desde a mudança inconstitucional ocorrida em Março de 2009. O elemento notável a registar a este respeito foi a assinatura em 16 de Setembro de 2011, em Antananarivo, sob os auspícios da SADC, do «Roteiro para a saída da crise em Madagáscar». O Roteiro baseia-se em quatro pontos principais: a) Instituições de Transição; b) Quadro eleitoral; c) Medidas de confiança e esforços de reconciliação nacional; e d) Mecanismos de implementação e acompanhamento do Acordo. Oito partidos/grupos políticos e movimentos políticos dos ex-presidentes Zafy e Ravalomanana, subscreveram o Roteiro, enquanto o movimento do ex-presidente Ratsiraka não aceitou assinar o documento, exigindo como condição às autoridades de facto, a anulação do pedido que estas enviaram às companhias aéreas para não embarcar o antigo Presidente Didier Ratsiraka em qualquer voo com destino a Madagáscar. Contudo, importa sublinhar que o Sr. Ratsiraka conseguiu, com o aval das autoridades de facto, regressar a Madagáscar, em 24 de Novembro de 2011. O antigo Presidente Marc Ravalomanana, por sua vez, não conseguiu voltar a Madagáscar, as autoridades locais lançaram um mandato de captura contra ele, o que indica que ele seria detido logo à chegada ao aeroporto de Antananarivo.

49. Em 14 de Outubro de 2011, as partes signatárias ao Roteiro assinaram o Quadro de implementação deste documento. Em seguida, o Sr. Jean Omer Beriziky, candidato único apresentado pelo Movimento Zafy, foi nomeado como Primeiro-ministro de consenso pelo Presidente da Transição. O novo primeiro-ministro formou um novo Governo de união nacional. Uma outra etapa importante foi superada com a criação em 1 de Dezembro de 2011, do Congresso de Transição (CT) e do Conselho Superior de Transição (CST). O Movimento Zafy, que tinha decidido em não se juntar ao novo Governo, alegando que a distribuição das pastas ministeriais não era consensual, recusou igualmente a ocupar os assentos a si reservados no CT e no CST.

50. No quadro do acompanhamento e do apoio aos esforços dos actores políticos malgaxes, o CPS, na sua 303ª reunião, realizada em 8 de Dezembro de 2011, como já foi referido, registou com satisfação os progressos significativos feitos no processo de reconciliação nacional e da saída da crise. O CPS encorajou a SADC a prosseguir os seus esforços e continuar a acompanhar as partes malgaxes. No mesmo dia, o Grupo internacional de Contacto sobre o Madagáscar (GIC-M) reuniu-se sob os auspícios da UA. O GIC-M encorajou as partes malgaxes a prosseguirem nos seus esforços, reconhecendo a necessidade de um apoio e de um acompanhamento contínuo da comunidade internacional, para facilitar o bom funcionamento e o êxito da conclusão da Transição. Posteriormente, uma delegação da SADC, na qual integraram os representantes da Comissão e da Francofonia, reuniu-se em Antananarivo, de 19 a 22

de Dezembro de 2011, com vista a avaliar a implementação do Roteiro e as vias para o seu acompanhamento pela comunidade internacional. Por altura da finalização do presente relatório, o Movimento Ravalomanana acabava de anunciar a suspensão da sua participação nas instituições de Transição, na sequência da decisão tomada em 21 de Janeiro de 2012, pelas autoridades *de facto*, de impedir a aterragem do avião que transportava o antigo Presidente Marc Ravalomanana.

51. A Conferência da União poderá, em conformidade com a 303ª reunião do CPS, saudar os progressos registados na busca de uma solução para a crise do Madagáscar e encoraja as partes a não pouparem esforços para o sucesso do processo. A Conferência poderá igualmente felicitar a SADC pelo seu engajamento e pelos resultados significativos que alcançou, e reiterar a intenção da UA de levantar as medidas de suspensão da participação do Madagáscar nas actividades da UA, bem como as outras sanções impostas ligadas à crise em Madagáscar, logo que a SADC confirmar que foram registados progressos satisfatórios na implementação do Roteiro. Finalmente, a Conferência poderá exprimir o seu apoio aos esforços em curso, com vista a abertura do Escritório de Ligação Conjunto UA-SADC, responsável pelo apoio diário da implementação do Roteiro.

(iii) Somália

52. A Sessão Ordinária da Conferência em Malabo decorreu num contexto da assinatura do Acordo de Kampala, em 6 de Junho de 2011, entre o Presidente do TFG, Sr. Sheikh Sharif Sheikh Ahmed e o porta-voz do Parlamento Federal de Transição (TFP), o Sr. Sharif Hassan Sheikh Aden. O Acordo prolongou o período de transição para um ano, até 20 de Agosto de 2012. Posteriormente, foi nomeado um novo Primeiro-ministro e um novo Governo. O TFP aprovou a composição do novo Governo, bem como o programa político do Primeiro-ministro.

53. De 4 a 6 de Setembro de 2011, as Nações Unidas, a União Africana, a IGAD e outros membros da comunidade internacional facilitaram uma reunião consultiva inclusiva dos intervenientes somalis em Mogadíscio. Este fórum permitiu a adopção de um Roteiro de Transição, que estabelece os principais resultados para a conclusão da transição, no âmbito de quatro principais critérios: (a) segurança, (b) sensibilização e reconciliação, (c) boa governação, e (d) constituição, reformas parlamentares e eleições. O Roteiro também prevê um Mecanismo de Acompanhamento da Implementação a quatro níveis. Em Novembro de 2011, o Gabinete do TFG designou um comité composto por 21 membros para supervisionar a Implementação do Roteiro; aprovou o Plano de Segurança e Estabilização Nacional revisto (NSSP-r), que foi submetido ao Parlamento para adopção; e alargou o Comité Conjunto de Segurança (JSC) para incluir as entidades regionais. Além disso, criou um Comité de Peritos composto por nove membros, para liderar o processo de finalização do projecto de Constituição – a este respeito, decorreu em Dezembro de 2011, em Garowe, Puntland, uma conferência constitucional, que adoptou *os Princípios de Garowe que fornecem um quadro* que servirá de base para a representação e os critérios de selecção ao novo Parlamento federal, no âmbito da nova constituição federal *a ser adoptada pela Assembleia Constituinte*. Além disso, foi realizado em Novembro de 2011, em

Mogadíscio, um fórum consultivo para as organizações da sociedade civil, com vista a contribuir para o processo de implementação do Roteiro.

54. Embora tenham sido dados passos louváveis, ainda há muito por se fazer no cumprimento das metas e dos prazos do Roteiro. Por um lado, as partes envolvidas na Somália devem continuar a demonstrar a vontade política necessária e adoptar uma visão comum. A crise parlamentar, que começou em 13 de Dezembro de 2011, quando um grupo de deputados alegadamente expulsaram o porta-voz do TFP, é motivo de contínuas divisões entre as TFIs. Por outro lado, o cumprimento em tempo oportuno das metas do Roteiro depende da mobilização dos recursos adequados pela comunidade internacional. Igualmente importante é a necessidade de alargar as actividades do Roteiro para as áreas recém-libertadas e para neutralizar os sabotadores.

55. Melhorias significativas foram registadas na situação global de segurança na Somália. No início de Agosto de 2011, a forte pressão exercida pelas forças do TFG e da AMISOM obrigaram os extremistas do Al Shabaab a retirarem-se de quase todo o Mogadíscio. Em outras partes no país, as forças do TFG e as milícias pró-TFG, incluindo o grupo Ahlu Sunna Wal Jammah (ASWJ), aumentaram a pressão aos insurgentes do Al Shabaab. Em Outubro de 2011, após vários raptos de turistas e trabalhadores de ajuda humanitária no território queniano por supostos militantes do Al Shabaab do outro lado da fronteira com a Somália, Quénia enviou tropas para Somália, com base nas decisões do IGAD, bem como das resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A operação levada a cabo pelo Quénia, realizadas conjuntamente com as forças TFG, contribuiu para a debilitação dos extremistas do Al Shabaab nas regiões do Middle e Lower Jubba e Gedo. A Etiópia também contribuiu nestes esforços, fornecendo apoio ao TFG e às forças aliadas, nas regiões do Bay e Bakool.

56. Para aproveitar a dinâmica actual criada no terreno, a Comissão realizou uma série de reuniões, envolvendo o TFG, TCCs, AMISOM e outros países implicados, nomeadamente o Burundi, o Djibouti, a Etiópia, o Quénia, a Somália e o Uganda, bem como as Nações Unidas. Como tal, foi elaborado um Conceito Estratégico sobre a próxima fase da implementação do mandato da AMISOM por uma equipa conjunta UA-NU e posteriormente foi analisada numa reunião dos Ministros da Defesa dos países que contribuem com tropas para a AMISOM e outros países interessados, realizado em 4 de Janeiro de 2012, em Adis Abeba. O dia seguinte, o CPS aprovou o Conceito Estratégico, que prevê um reforço das capacidades da AMISOM, com a incorporação das tropas quenianas, a expansão da sua área de operações, o fornecimento de multiplicadores de forças e o reforço das capacidades das forças do TFG. Em 11 de Janeiro de 2012, foi apresentado o Conceito Estratégico ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Entretanto, o efectivo das forças da AMISOM foi reforçado com o envio de mais tropas do Burundi e do Uganda, bem como a chegada no palco das operações dos primeiros elementos do batalhão garantido pelo Djibouti.

57. Estamos hoje perante um momento decisivo em busca da paz, segurança e reconciliação na Somália. A assinatura do Acordo de Kampala e a posterior adopção do Roteiro Político, bem como os ganhos obtidos em termos de segurança no terreno,

proporcionam uma oportunidade única e abrem um novo capítulo na conturbada história da Somália. Embora muito dependerá do compromisso das partes na Somália e da sua capacidade para enfrentar os desafios presentes, a comunidade internacional, as Nações Unidas e o Conselho de Segurança em particular, têm um papel crítico a desempenhar para ajudar a população somali a acabar definitivamente o conflito no país, bem como fornecer a tão necessária assistência humanitária às populações afectadas. A Conferência poderá desejar apelar ao Conselho de Segurança para que responda rapidamente e de forma positiva ao recurso feito pelo CPS. A Conferência poderá igualmente desejar insistir junto dos intervenientes somalis sobre a necessidade de honrarem os compromissos assumidos e absterem-se de acções que possam complicar a busca pela paz e reconciliação, bem como reiterar o seu apreço ao IGAD e seu Presidente, o Primeiro-ministro Meles Zenawi da Etiópia, pela seu papel de liderança e empenho para a solução duradoura à crise na Somália.

d) Processo de Paz entre a Etiópia e a Eritreia

58. Não houve nenhum progresso **no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia**. Ao longo dos anos, a Conferência da União manifestou preocupação em relação a este impasse, enfatizando a necessidade de um esforço renovado dos países africanos em ajudar os dois países a resolver pacificamente os seus litígios fronteiriços, normalizar as suas relações e estabelecer as bases para uma paz e segurança duradouras no Corno de África.

e) Relações entre o Djibuti e a Eritreia

59. Na sua sessão de Malabo, a Conferência da União reiterou o seu apelo ao Djibouti e à Eritreia a levarem em diante, de boa fé, a implementação escrupulosa do Acordo celebrado a 6 de Junho de 2010, sob os auspícios do Qatar, para a resolução do litígio existente em relação às suas fronteiras e consolidar a normalização das suas relações, e solicitou à Comissão a seguir de perto a situação e envidar esforços para facilitar o progresso. Em 4 de Outubro de 2011, o Presidente da Comissão recebeu uma carta do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da República do Djibouti, o Sr. Mahmoud Ali Youssouf. Nesta carta, o Ministro indicou que dois prisioneiros de guerra djibutianos, dos 19 detidos pela Eritreia, escaparam recentemente daquele país para o Sudão, antes de serem transferidos para o Djibouti, enquanto a Eritreia negava de forma consistente a detenção de qualquer prisioneiro do Djibouti. O Ministro, que afirmou que o Djibouti tinha cumprido com todas as obrigações relativas à questão dos prisioneiros de guerra e que a questão tinha sido levada ao conhecimento da Mediação, o Qatar, solicitou ao Presidente para usar dos seus bons ofícios para ajudar a libertar os soldados do Djibouti ainda detidos na Eritreia.

60. Em 15 de Novembro de 2011, o Presidente da Comissão escreveu ao Ministro eritreu dos Negócios Estrangeiro, o Sr. Osman Saleh Mohammed, com vista a levar o assunto ao seu conhecimento e procurar um parecer do seu país. Ele afirmou que a Comissão estava pronta para ajudar a resolver essa situação humanitária, no âmbito da decisão da Sessão de Malabo da Conferência da União. Na sua carta de resposta de 29 de Novembro de 2011, o Ministro eritreu sublinhou que a questão dos prisioneiros de Guerra, sendo parte do Acordo de 6 de Junho, qualquer que seja a queixa ou problema

levantado por qualquer uma das partes, deve ser submetida à atenção do Emir do Qatar. Além disso, acrescentou que não deve haver nenhuma outra modalidade ou mecanismo de mediação paralela. Ele acusou o Djibouti de provocações repetidas e de campanhas diplomáticas hostis, em violação ao Acordo, acrescentado que o seu país estava total e firmemente empenhado a letra e ao espírito do Acordo.

61. Neste contexto, a Conferência poderá desejar reiterar o apelo lançado em Malabo para o Djibouti e a Eritreia prosseguirem, de boa fé, a implementação escrupulosa do Acordo que assinaram. A Comissão poderá igualmente desejar solicitar ao CPS a seguir de perto a questão e mantê-la regularmente informada.

f) Actividades do Grupo de Acompanhamento Somália/Eritreia

62. Em 5 de Dezembro de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a resolução 2023(2011). Nessa resolução, o Conselho de Segurança, tendo particularmente expressado sérias preocupações em relação às conclusões do relatório do Grupo de Acompanhamento Somália/Eritreia, de 18 de Julho de 2011, formulou uma série de pronunciamentos sobre o assunto, incluindo a utilização de “imposto à Diáspora” e o uso potencial do sector mineiro eritreu pelo Governo como fonte de financiamento para desestabilizar a região do Corno de África ou violar as resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O mesmo sublinhou a necessidade do pleno respeito ao embargo de armas imposto pela resolução 733(1992), conforme elaborado e posteriormente emendado, bem como a necessidade de assegurar a estrita implementação do embargo de armas estabelecido pela resolução 1907(2009), incluindo a inspecção, em determinadas condições, de toda a carga com destino ou proveniente da Eritreia. Além disso, manifestou a sua intenção de aplicar sanções contra indivíduos e entidades, em conformidade com as suas resoluções pertinentes. O Conselho de Segurança decidiu prolongar o mandato do Grupo de Acompanhamento para monitorizar e informar sobre as medidas impostas pela resolução 2023(2011). Por seu lado, a Eritreia negou categoricamente as conclusões do relatório do Grupo de Acompanhamento e classificou a resolução como totalmente infundada e sem qualquer cunho jurídico.

g) Questões pendentes do Acordo Geral de Paz I, negociações entre o Sudão e o Sudão do Sul, Darfur e esforços conexos da UA

63. A Cimeira de Malabo decorreu num contexto de progressos significativos na implementação das questões pendentes do Acordo de Paz Global (APG). Com efeito, alguns dias antes da realização da Cimeira, o Governo do Sudão e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM) assinaram um Acordo em Regime Provisório para a Administração e Segurança de Abyei, enquanto o GdS e o SPLM-Norte assinaram o Acordo-Quadro sobre a Parceria Política e Acordos de Segurança no Nile Azul e no Kordofan Sul. A Conferência gostaria de recordar igualmente que o Primeiro Vice-Presidente do Sudão, o Sr. Salva Kiir Mayardit esteve presente na Cimeira. A Conferência reconheceu a escolha pela independência feita pelo povo do Sudão do Sul durante o referendo de auto-determinação, de Janeiro de 2011, e sublinhou que aguardava com expectativa a adesão da República do Sudão do Sul como o mais novo

Estado-membro da UA imediatamente após a sua independência, em 9 de Julho de 2011.

64. A cerimónia que marcou a declaração da independência do Sudão do Sul teve lugar em 9 de Julho de 2011, em Juba. Posteriormente, a República do Sudão do Sul foi admitida como membro da UA. O hasteamento oficial da bandeira do Sudão do Sul na Sede da UA, teve lugar no dia 15 de Agosto de 2011, numa cerimónia que contou com a presença do Presidente Salva Kiir Mayardit. Desde a declaração de independência, o Governo do Sudão do Sul tem-se empenhado no processo de construção da nação e da reconciliação política com outros partidos políticos e grupos de milícias. Esta necessidade é ainda mais urgente face à violência vivida recentemente no Estado de Jonglei, em particular, que oponha diferentes comunidades.

65. Durante o período em análise, a Comissão, designadamente através do AUHIP, continuou a trabalhar activamente com as partes na resolução das questões pendentes do Acordo de Paz Global, bem como os acordos celebrados após a secessão, baseados em princípios basilares e acordos de dois Estados viáveis, em paz e que se apoiam mutuamente. Durante o mês de Novembro de 2011, o AUHIP iniciou uma nova ronda de negociações sobre as questões pendentes, nomeadamente: (i) o acesso do Sul aos oleodutos que passam pelo Norte; (ii) os acordos financeiros provisórios para amortecer o choque económico da perda de receitas resultante da separação do Sul; (iii) a divisão dos activos e passivos; (iv) os pagamentos em atraso relativos ao petróleo e outras questões pendentes; (v) os pagamentos bancários e transfronteiriços; (vi) as relações comerciais; (vii) a demarcação fronteiriça, resolução de conflitos e a gestão da migração do gado ao longo da fronteira comum; (viii) as questões de segurança, incluindo a gestão da zona desmilitarizada entre os dois Estados; (ix) a gestão dos recursos hídricos, incluindo as águas do rio Nile; (x) a situação da nacionalidade dos sudaneses do sul no Sudão e dos sudaneses no Sudão do Sul; (xi) os mecanismos de resolução de conflitos; e (xii) os esforços para encontrar uma solução para a questão do Abyei.

66. De 19 a 20 de Dezembro de 2011, o AUHIP realizou uma reunião, em Adis Abeba, entre o Sudão e o Sudão do Sul, com vista a rever a situação sobre as questões pendentes nas negociações entre os dois Estados. Na ocasião, ambas as partes concordaram em continuar a negociar seriamente para o rápido alcance de um acordo sobre as questões pendentes. As negociações reataram em 17 de Janeiro de 2012. A este respeito, a Conferência poderá desejar sublinhar o apelo feito pelo CPS na sua 302ª reunião, para ambos os países demonstrarem o espírito necessário de compromisso e engajamento para a boa vizinhança, para a conclusão rápida das negociações de todas as questões pendentes.

67. Com relação aos Estados de Nile Azul e Kordofan do Sul do Sudão, as partes não seguiram o Acordo-Quadro e o conflito continua em algumas partes das Duas Áreas. É fundamental que ambas as partes cessem imediatamente as hostilidades e encontrem uma solução pacífica. Igualmente importante é a necessidade de permitir o acesso humanitário para aqueles em necessidade de assistência e facilitar o regresso dos deslocados, bem como dos refugiados para as suas casas. Claramente, a criação de uma frente revolucionária “Sudan Revolutionary Front” (SRF), constituída por três

grupos armados de Darfur, incluindo o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM) e o SPLM-Norte, irá complicar ainda mais a missão de encontrar uma solução para o conflito, uma vez que o SRF tornou claro que o seu objectivo é derrubar o actual regime no Sudão, utilizando todos os meios disponíveis.

68. Sobre a situação no Darfur, Sudão, um dos principais desenvolvimentos durante o período em análise foi a adopção, em 14 de Julho de 2011, do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD) e a assinatura de um acordo pelo GdS e o Movimento de Libertação e Justiça (LJM). Tal representou um importante passo no processo de paz. Estão a ser envidados esforços para a implementação do DDPD. A Conferência poderá desejar felicitar o GdS e o LJM, pelo empenho e esforços envidados, bem como incentivar os grupos na oposição a participarem deste processo. Ao mesmo tempo, esforços devem continuar com vista a realização do Processo Político de Darfur (DPP), principalmente como um exercício nacional para envolver todos os habitantes de Darfur na determinação do futuro de Darfur no Sudão, tendo em conta a natureza profundamente enraizada e complexa do conflito em Darfur. Note-se que a morte de Dr. Khalil Ibrahim, o líder fundador do JEM, em Dezembro de 2011, constitui outro factor que afecta a prossecução dos esforços de paz.

69. Esforços têm sido feitos no domínio da reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. O Comité Ministerial *ad hoc* da UA para a Reconstrução Pós-Conflito no Sudão e Sudão do Sul manteve-se sempre atento a esta questão. Na sequência da visita realizada por uma equipa técnica, mandatado pelo Comité, para o Sudão, em Março-Abril de 2010, estão a ser criadas condições para o lançamento de uma Iniciativa Africana de Solidariedade, que começa por uma Conferência de Solidariedade, à margem da Cimeira da UA em Junho de 2012. Esta iniciativa, que irá abranger outros países que acabam de sair em situações de conflito, tem por objectivo mobilizar compromissos e contribuições suplementares para apoiar os esforços em curso, incluindo os esforços envidados pelo Comité Ministerial e seus países membros.

70. Embora os desafios que o Sudão e o Sudão do Sul sejam conhecidos, em muitos aspectos eles são excepcionais. Há poucos países no continente que têm histórias tão amargas de divisão e conflito. O recentemente independente Sudão do Sul tem instituições muito modesta e indicadores de desenvolvimento humano extremamente baixos. O Sudão enfrenta um choque económico muito grave, numa altura em que está impedido de obter recursos das fontes internacionais de assistência financeira que, normalmente, estariam disponíveis para atenuar tais adversidades. O carácter excepcional desses desafios, por sua vez, obriga o continente africano, os credores e doadores internacionais, a envidarem esforços necessários para garantir que as duas nações saiam do actual período difícil, como membros importantes e de pleno direito da comunidade das nações africanas e da comunidade internacional como um todo. O Sudão e Sudão do Sul já percorreram um longo caminho na sua luta pela paz, justiça e reconciliação. A liderança dos dois países e seus povos deve, mais uma vez, ser reconhecida pela sua firmeza e resistência. A Conferência poderá exortar os dois países a continuarem empenhados na solução dos actuais desafios prementes.

h) República democrática do Congo

71. O processo de consolidação da paz na RDC entrou numa nova fase, com a realização das eleições presidenciais e legislativas, em 28 de Novembro de 2011. Organizada dentro dos prazos constitucionais, estas eleições colocavam enormes desafios logísticos. A vontade política das autoridades, a solidariedade de alguns países da região, bem como o apoio da MONUSCO e da comunidade internacional, permitiram a realização do escrutínio, apesar das numerosas dificuldades.

72. Para criar um clima político favorável para a realização de eleições pacíficas, a Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI) criou uma série de dispositivos, tais como o Comité Nacional de Mediação do Processo Eleitoral (CNMPE), responsável para garantir a boa condução dos actores políticos e constituir um quadro de apaziguamento de tensões. A mesma preocupação de apaziguamento inspirou a criação, com o apoio da comunidade internacional, de um código de conduta para os candidatos na eleição presidencial. O código foi assinado por 10 dos 11 candidatos presidenciais. Por seu lado, o Grupo de Sábios da UA, no âmbito do seu mandato para apoiar os esforços de prevenção de conflitos, bem como das recomendações contidas no seu relatório sobre o conflito e violência ligada às eleições, efectuou uma missão para a RDC, de 6 a 8 de Outubro de 2011. Na sequência desta missão, o Presidente da Comissão também visitou a RDC para reunir-se com as autoridades congolezas e os vários intervenientes políticos no país. Ele aproveitou esta oportunidade para sublinhar a necessidade de todas as partes envolvidas trabalharem para a realização de eleições pacificadas e de inscrever a nação no quadro da Constituição e das instituições da República.

73. Apesar dos esforços envidados, a votação no dia 28 de Novembro, teve lugar num clima de tensão, marcado por uma série de incidentes. No dia 9 de Dezembro de 2011, o CENI publicou os resultados provisórios da eleição presidencial, o candidato Joseph Kabila Kabange liderava o número de votos, seguido por Etienne Tshisekedi. A 16 de Dezembro, o Tribunal Supremo publicou os resultados finais e proclamou o Kabila vencedor do escrutínio com 48,95% dos sufrágios, enquanto Tshisekedi obteve 32,33% de votos expressos. O Presidente fez o juramento em 20 de Dezembro. Estes resultados e a posterior decisão do Tribunal Supremo, que o Tshisekedi contestou, alegando de não serem imparciais, foram rejeitadas por este e outros candidatos da oposição. Tshisekedi se autoproclamou presidente eleito e fez juramento, em 26 de Dezembro de 2006, numa cerimónia organizada em sua casa. Sobre as eleições legislativas, os seus resultados não tinham sido ainda anunciados no momento da finalização do presente relatório.

74. Em conclusão, a Conferência felicitou a realização das segundas eleições pós-conflito na RDC, que foram observadas por muitas organizações, nacionais e internacionais, nomeadamente a UA, a CEEAC, o COMESA, a SADC e a Conferência Internacional sobre a região dos grandes lagos. É importante que os actores congolezes tirem lições das eleições para aprofundar o processo democrático no país, inclusive com base nas conclusões das equipas de observação eleitoral. É igualmente importante que, perante os muitos desafios que o Congo enfrentou, que todas as partes façam prevalecer o interesse superior do país, respeitando as instituições nacionais e

que se abstenham de qualquer acção que possa comprometer a paz e a estabilidade. A este respeito, a Conferência poderá desejar felicitar a declaração feita pelo Presidente Kabila, por ocasião da prestação de juramento, pela sua determinação em ser Presidente de todos os congolese, responder às suas aspirações para o bem-estar de todos e a trabalhar num espírito de abertura com todos os actores políticos do país.

i) República Centro-Africana

75. Entre os principais desenvolvimentos ocorridos da RCA desde a sessão de Malabo, inclui a realização, em 4 de Setembro de 2011, na sequência das eleições presidenciais e legislativas de Janeiro de 2011, das eleições legislativas parciais nas 14 circunscrições cujos resultados tinham sido invalidados pelo Tribunal Constitucional. Tirando lições destas diferentes eleições, as autoridades centro africanas criaram um Comité Consultivo para a revisão do Código eleitoral, que inclui os vários intervenientes, tais como a UA, as Nações Unidas e a UE, como observadores.

76. Registaram-se também outros desenvolvimentos que merecem menção. No plano económico, o Governo centro-africano tomou uma série de iniciativas, incluindo a organização dos primeiros Relatórios de Contas, em 8 de Setembro de 2011, em Bangui. Além disso, prevê apresentar a versão final do documento de estratégia de redução da pobreza (DSRP2), numa mesa-redonda dos parceiros técnicos e financeiros no início do ano 2012. A situação de segurança é caracterizada pelo activismo dos elementos de alguns grupos armados locais e pela continuação das actividades do Exercito de Resistência do Senhor (LRA). Neste contexto, importa salientar que a UA participou activamente na elaboração do programa de actividades e orçamento do MICOPAX para o ano de 2012 e, com a retirada das tropas destacadas na RCA, no final de 2013, aprovou o pedido de financiamento das referidas actividades para o Mecanismo de paz em África, e no seguimento das actividades relacionadas.

77. A Conferência poderá desejar lançar um apelo urgente à comunidade internacional para que acompanhe mais efectivamente a RCA nos seus esforços de consolidação da paz. Da mesma poderá exortar as autoridades centro-africanas a continuarem e a acelerarem as reformas iniciadas, incluindo o processo de desarmamento, de desmobilização e reintegração, bem como a reforma do sector da segurança, e a não pouparem esforços para o aprofundamento e a consolidação da democracia. Também é importante incentivar a RCA e os países vizinhos a reforçarem a sua cooperação de segurança de modo a enfrentarem à ameaça representada pelas actividades de grupos armados.

j) Iniciativa de Cooperação Regional contra o Exercito de Resistência do Senhor (LRA)

78. Na sua sessão de Malabo, a Conferência da União congratulou-se com os passos dados no sentido da operacionalização da Iniciativa de Cooperação Regional contra o LRA (RCI-LRA), manifestou o seu apoio total às conclusões da reunião ministerial dos países afectados, realizada em Junho de 2011, em Adis Abeba, e solicitou ao CPS a autorizar a operação proposta em todos os seus componentes. É neste contexto que a Comissão informou a 295ª reunião do CPS sobre a iniciativa

proposta. Na sequência da reunião, foi elaborado um relatório para a 299ª do CPS, realizada em 22 de Novembro de 2011, durante o qual o CPS autorizou o lançamento do RCI-LRA, como uma iniciativa da UA com o apoio da comunidade internacional, por um período inicial de seis meses. O RCI-LRA tem como objectivo reforçar as capacidades operacionais dos países afectados pelas atrocidades do LRA; a criação de um ambiente propício para a estabilização das zonas afectadas; e facilitar o fornecimento de ajuda humanitária para as áreas afectadas. O CPS aprovou a criação de diferentes componentes do RCI-LRA, nomeadamente: o mecanismo de coordenação conjunta (JCM), a *Task-force* Regional (RTF) e o RRF da Sede, incluindo o centro de operações conjuntas (JOC).

79. Para manter a dinâmica gerada pelos esforços dos países da região e a decisão do CPS, imediatamente após a reunião do CPS, o Presidente da Comissão nomeou um enviado especial interino para a questão do LRA, na pessoa do Sr. Francisco Madeira, desempenhando em paralelo às suas responsabilidades actuais como o representante especial da UA para cooperação na luta contra o terrorismo. Posteriormente, ele, juntamente com o Sr. Abou Moussa, Representante Especial das Nações Unidas para a África Central, que é responsável pela questão do LRA no sistema das Nações Unidas realizaram, no início de Janeiro de 2012, uma missão aos países afectados. Medidas estão a ser tomadas para operacionalizar o JCM e o RTF.

80. A Conferência poderá felicitar os países da região pelo empenho e determinação na garantia do sucesso da iniciativa. O RCI-LRA oferece o quadro mais viável e eficaz para um esforço coordenado e regional para pôr fim às actividades criminosas do LRA. A Conferência também poderá apelar a todos os Estados-membros em condições de fazê-lo, bem como aos parceiros da UA, a apoiarem esta iniciativa.

k) Relações Sudão-Chade e outros aspectos da cooperação regional para a paz e desenvolvimento

81. As relações de amizade e confiança estabelecidas entre o Chade e o Sudão, desde a assinatura do acordo bilateral, de 15 de Janeiro de 2010, continuam reforçadas. Foram registados avanços significativos em relação a segurança da fronteira comum, através da força conjunta implantados ao longo da fronteira, permitindo que o êxito das operações das organizações humanitárias que trabalham no leste do Chade, bem como o reatamento das actividades comerciais transfronteiriças. Durante a quarta cerimónia de transferência do comando rotativo da força conjunta, em 15 de Outubro de 2011, em Abeche, Chade, os dois países manifestaram sua satisfação pelo trabalho realizado. O sucesso da cooperação Chade - Sudão encorajou a RCA a juntar-se no processo de protecção da fronteira. Na verdade, a cooperação entre o Chade e o Sudão ultrapassa presentemente o aspecto de segurança. Uma consulta permanente é desenvolvida a nível político, com intercâmbio regular de delegações e personalidades. Além disso, o Chade e o Sudão estão a trabalhar para reforçar a sua cooperação económica, incluindo o lançamento de projectos de grandes infra-estruturas.

82. Note-se que, no âmbito dos esforços para assegurar o regresso ao Sudão dos refugiados sudaneses no Chade, cujo número é estimado em 278.000, repartidos em

12 locais para o leste, duas reuniões técnicas tripartidas foram realizadas respectivamente em Julho, em Cartum e em Novembro de 2011, em N' Djamena. Os trabalhos de finalização do Acordo tripartido Chade-Sudão-HCR continuarão até a realização da próxima reunião técnica tripartida a ser realizada em Fevereiro de 2012, em El Geneina, Sudão.

l) Côte d'Ivoire

83. A situação na Côte d'Ivoire continuou a melhorar significativamente, após o fim da crise vivida pelo país, após as eleições presidenciais de 28 de Novembro de 2010. Importa referir a realização das eleições legislativas, em 11 de Dezembro de 2011, que testemunharam a vitória dos dois principais partidos de Aliança da Houpheitistes para a Paz e a Democracia (RHDP). A Frente Popular Ivoirense (FPI) e outros partidos da oposição, reunidos no Congresso Nacional de Resistência para a democracia (CNRD), que havia sugerido fazer parte do escrutínio, caso determinadas condições fossem atendidas, finalmente decidiram pelo boicote, especialmente após a transferência, em 29 de Novembro de 2011, do antigo presidente Laurent Gbagbo em Haia, no âmbito do processo iniciado pelo Tribunal Penal Internacional (TPI). No entanto, os candidatos independentes, entre os quais figuram os membros do FPI, obtiveram 35 assentos. As diferentes missões de observação, incluindo a da UA, consideram que as eleições foram transparentes.

84. A Comissão Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR), criada em Setembro de 2011, para promover a reconciliação, continua a envidar esforços. Paralelamente, a pedido do TPI, as autoridades da Côte d'Ivoire iniciaram uma série de acções judiciais relacionadas com a violência que acompanharam as eleições presidenciais e os crimes económicos cometidos neste contexto. Em várias ocasiões, o Presidente Ouattara reafirmou sua determinação em lutar contra a impunidade, incluindo no seu próprio seio. No plano económico, esforços foram envidados para permitir o relançamento da actividade económica e já foram registados bons resultados. Em relação à situação humanitária, registou-se o regresso significativo dos deslocados e refugiados. As autoridades da Côte d'Ivoire estão igualmente empenhadas na implementação da reforma do sector da segurança. Após a visita à Côte d'Ivoire, na primeira quinzena do mês de Novembro de 2011, de uma equipa de peritos multidisciplinares da UA para avaliar as necessidades pós-conflito do país, a Comissão trabalha no lançamento de uma iniciativa africana de solidariedade destinada à mobilizar, a nível do continente, apoio para o processo de reconstrução e desenvolvimento pós-conflito. A Conferência poderá regozijar-se dos progressos registados, encorajar as autoridades da Côte d'Ivoire a prosseguirem os esforços e exortar os Estados-membros e a comunidade internacional a apoiar o processo em curso, incluindo através da disponibilização dos recursos financeiros e outros recursos necessários.

m) Libéria

85. O principal desenvolvimento na Libéria durante o período em análise foi a realização das eleições presidenciais/legislativas em 11 de Outubro e a segunda volta das presidenciais, em 8 de Novembro de 2011. A Presidente Ellen Johnson-Sirleaf foi reeleita para um segundo mandato de 6 anos. Apesar dos desafios encontrados e do

lamentável boicote das eleições pelo principal partido da oposição, o Congresso para a Mudança Democrática (CDC), a missão de observação eleitoral da UA, juntamente com outros observadores internacionais e locais, deram um sinal positivo do processo eleitoral. Importa assinalar que, na véspera da tomada de posse da Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, em 16 de Janeiro de 2012, a oposição, que até então tinha ameaçado perturbar a cerimónia, reconheceu a sua vitória.

86. A Conferência poderá felicitar o Governo e o povo da Libéria pelo êxito das eleições e exortar a todos os actores políticos e intervenientes no país a envolverem-se num processo de diálogo inclusivo para a consolidação do processo democrático no país. A Conferência poderá também exortar o Governo da Libéria a envidar esforços para a melhoria de vida do povo da Libéria, particularmente, através do cumprimento dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), e a encorajar os parceiros internacionais a continuarem a apoiar o Governo da Libéria.

n) República da Guiné

87. O período que seguiu a sessão da Conferência da União em Malabo, foi marcado, na Guiné, pelo ataque contra a residência privada do Presidente Alpha Condé, na madrugada de 19 de Julho de 2011. Este ataque foi firmemente condenado tanto pela UA e pela CEDEAO, como pelos outros membros da comunidade internacional.

88. A 15 de Novembro de 2011, o Presidente Alpha Condé reuniu-se com os principais responsáveis da oposição, com vista à promoção e manutenção de consultas entre o Governo e a oposição, criando para o efeito, uma Comissão de mediação para encontrar consenso com a oposição sobre as condições que ele colocou. Neste quadro, foram abordadas um leque de medidas relativas às preocupações da oposição para promover a confiança e desanuviar a atmosfera política. Em 22 de Dezembro, a oposição anunciou a sua decisão de retomar o diálogo com o governo para discutir todas as questões relacionadas com a preparação, organização e realização das eleições legislativas, no primeiro semestre do ano 2012. No entanto, não houve consenso com o Governo e o Comité em relação ao formato da concertação, que, em seguida, reconsiderou a sua decisão. Neste contexto, a Conferência poderá desejar lançar um apelo aos actores guineenses para que retomem o diálogo com a maior brevidade possível.

o) Guiné-Bissau

89. Com a morte, em Paris, a 9 de Janeiro de 2012, do Presidente Malam Bacai Sanha, a Guiné-Bissau entra numa fase de transição, que deve culminar com as eleições presidenciais. Entretanto, o Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Raimundo Pereira deve ocupar o cargo de Presidente interino. Estes acontecimentos tiveram lugar num contexto difícil, marcado pelos ataques contra o Quartel-general do Estado-maior das forças armadas, em 26 de Dezembro de 2011. As autoridades indicaram que foi uma tentativa de golpe de Estado com vista o assassinato do Primeiro-ministro e do Chefe do Estado-maior.

90. Durante o período em análise testemunhou-se igualmente a continuação dos esforços para a consolidação da paz e a reconstrução pós-conflito na Guiné-Bissau. Na sequência de uma série de consultas nos meses de Julho e Agosto, as autoridades reafirmaram sua determinação em combater a impunidade e a corrupção, para garantir a boa administração da Justiça e procurar esclarecer os assassinatos ocorridos em Março e Junho de 2009. Além disso, o Governo aprovou, em Julho de 2011, o documento de estratégia nacional para a redução da pobreza (II PERP) para o período de 2011-2015. Esta nova estratégia concentra-se na consolidação da paz e no Estado de Direito, na aceleração do crescimento económico e no desenvolvimento dos recursos humanos. O Governo da Guiné-Bissau, prevê a organização de uma mesa-redonda de doadores no primeiro trimestre de 2012. No que se refere à Reforma do Sector de Defesa e Segurança (RSDS), esforços estão em curso para a assinatura do memorando de entendimento entre o governo, a CEDEAO e a CPLP.

91. A Conferência poderá sublinhar a disponibilidade e a determinação da UA em ajudar a Guiné-Bissau, incluindo a organização de uma mesa-redonda e encorajar as autoridades da Guiné-Bissau a continuarem a envidar esforços. Na mesma ordem de ideia, a Conferência poderá convidar os Estados-membros, os parceiros e a comunidade internacional em geral a apoiar a RSDS e, sobretudo, na reconstrução e desenvolvimento pós-conflito na Guiné-Bissau.

p) Tunísia

92. Registam-se progressos com vista ao êxito da conclusão do processo de transição. Em 23 de Outubro de 2011, os tunisinos elegeram uma Assembleia Constituinte que tem 217 Membros. A eleição foi considerada livre, justa e transparente por todas as missões de observadores internacionais, incluindo a missão da UA. O partido Ennahda obteve um pouco mais de 41 votos, assegurando 89 assentos. Em 10 de Dezembro, a Assembleia Constituinte aprovou o projecto de lei sobre a instalação provisória dos poderes públicos, considerada como uma mini-Constituição para o período de transição, enquanto se aguarda pela adopção de uma Constituição final. Em 12 de Dezembro, o Sr. Moncef Marzouki do Congresso para a República (CPR) foi eleito pela Assembleia Constituinte como Presidente da República e tomou posse em 13 de Dezembro de 2011. Posteriormente, um novo Governo, chefiado pelo Sr. Hamadi Jebali, foi formado e aprovado pela Assembleia Constituinte. A Conferência poderá, uma vez mais, reiterar o reconhecimento da UA pelos progressos alcançados na Tunísia, que reflectem o compromisso genuíno das autoridades tunisinas e de todos os intervenientes em avançar no via da democratização e da boa governação.

q) Egipto

93. Foram registados grandes progressos durante o período em análise, apesar dos desafios encontrados, designadamente os violentos incidentes ocorridos durante o período em análise, que resultaram, infelizmente, na perda de vidas. Depois do referendo popular de 19 de Março de 2011, o Egipto lançou, em Novembro de 2011, um processo que visa três fases para a eleição da Assembleia do Povo composta por 508 membros (Câmara Baixa). A primeira fase foi concluída em Novembro, a segunda em Dezembro de 2011, e a última fase terminou em Janeiro de 2012. Estão também

previstas eleições para o Conselho Shura composto por 270 membros (Câmara Alta), um processo com duas fases, de 29 de Janeiro a 11 de Março de 2012. As eleições presidenciais terão lugar em meados de 2012.

94. A Conferência poderá saudar estas eleições, que são um passo importante nos esforços para levar a bom termo o período de transição. A Conferência também poderá reiterar o apoio da UA para o processo de transição em curso no Egipto.

r) Líbia

95. A Sessão de Malabo da Conferência da União discutiu profundamente a situação na Líbia. Tendo prestado homenagem ao Comité *ad hoc* dos Altos Funcionários da UA na Líbia e aos seus membros pelo seu compromisso, a Conferência aprovou as *Propostas para um Acordo-Quadro sobre uma Solução Política para a Crise na Líbia*, como apresentado pelo Comité, no contexto do Roteiro da UA e das resoluções relevantes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Conferência solicitou à Comissão *ad hoc* a submeter estas propostas as partes na Líbia e envolvê-las nessa base.

96. Logo a seguir, o Comité *ad hoc* apresentou as Propostas para o então Governo da Líbia e ao Conselho Nacional Transição (CNT). Várias interações foram posteriormente organizadas com as partes, em Julho e Agosto de 2011, que formalmente reagiram às propostas. O Comité *ad hoc* e a Comissão também mantiveram estreitos contactos com os parceiros internacionais. Todos estes esforços tiveram lugar num contexto de rápida evolução da situação no terreno. Com efeito, na terceira semana de Agosto de 2011, as forças do CNT entraram em Trípoli e posteriormente alargaram o seu controlo a todo o país. Após terem ganho controlo de Sirte, as forças do CNT capturaram o Coronel Muammar Qaddafi, que posteriormente foi assassinado.

97. O Comité *ad hoc* reuniu-se de 25 a 26 de Agosto de 2011, em Adis Abeba, e em 14 de Setembro de 2011, em Pretoria. O CPS também reuniu-se em 26 de Agosto de 2011 a nível da Cimeira em Adis Abeba, e em 21 de Setembro de 2011 a nível ministerial, em Nova Iorque. A UA também participou da reunião de alto nível patrocinado pelas Nações Unidas sobre Líbia. Como foi já referenciado, na sua 297^a reunião realizada em 20 de Outubro de 2011, tendo em conta a singularidade da situação na Líbia e as circunstâncias excepcionais que a rodeiam, e sem prejuízo dos instrumentos relevantes da UA, decidiu autorizar as actuais autoridades na Líbia a ocuparem o assento da Líbia na UA e nos seus órgãos. Também solicitou ao Presidente da Comissão, a tomar as medidas necessárias para a abertura de um Escritório de Ligação da UA em Trípoli, o mais cedo possível, para apoiar o processo de transição. Em 16 de Janeiro de 2012, o Presidente da Comissão visitou a Líbia para consultas com as novas autoridades. Durante as discussões, as autoridades líbias enfatizaram o compromisso da nova Líbia à União Africana. Nesta parte, o Presidente manifestou a disponibilidade da UA em contribuir, juntamente com os parceiros regionais e internacionais, na consolidação e estabilização da transição na Líbia. Entretanto, em 27 de Outubro de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou a resolução 2016 (2011) em que decide pôr termo à autorização dada aos

Estados-membros para tomarem todas as medidas necessárias para a protecção de civis e das áreas com população civil sob ameaça de ataque na Líbia, bem como à interdição da zona de exclusão aérea sobre a Líbia.

98. A Conferência pode assegurar às autoridades líbias o apoio e disponibilidade da UA para trabalhar em estreita colaboração na busca de solução para os diversos desafios do país. A UA não pode actuar de outro modo, uma vez que a Líbia é um membro de pleno direito da família africana. O destino do povo líbio é inseparável do restante dos seus irmãos africanos, com os quais têm laços históricos. Uma Líbia estável e democrática será uma enorme mais-valia para o continente.

S) Sahara Ocidental

99. Durante o período em análise, não houve progressos no processo de paz no tocante a auto-determinação do Território não autónomo do Sahara Ocidental, apesar dos esforços contínuos envidados pelo Enviado Pessoal do Secretário-geral das Nações Unidas para o Sahara Ocidental, o Embaixador Christopher Ross. De 19 a 21 de Julho de 2011, o Embaixador Ross convocou as partes para a 8ª ronda de conversações informais em Manhasset, Nova Iorque, no final das quais as partes concordaram em retomar as conversações, após a conclusão da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Recorde-se que a actual série de conversações foram iniciadas depois das duas partes, o Reino de Marrocos e a Frente POLISÁRIO, terem submetido ao Secretário-geral das Nações Unidas as suas respectivas propostas para a resolução do conflito a quatro anos. O Conselho de Segurança mandou posteriormente negociações directas sem condições prévias, a terem lugar entre as partes com o objectivo de alcançar "uma solução política justa e mutuamente aceitável, que levará à autodeterminação do povo do Sahara Ocidental no quadro dos acordos coerentes com os princípios e propósitos das Nações Unidas.

100. No terreno, e após uma partida de futebol, o sudoeste da cidade de Dakhla testemunhou, no final de Setembro de 2011, actos de violência entre comunidades, que foi uma reminiscência dos confrontos brutais em Laayoune a um ano. A nível internacional, o Parlamento Europeu revogou, a 14 de Dezembro de 2011, o Acordo de Pesca UE-Marrocos que permitia actividades pesqueiras por parte de navios de países da União não só nas águas territoriais marroquinas, mas também na rica costa do Atlântico do Sahara Ocidental não autónomo. O acordo foi anulado por causa da sua ilegalidade porque, nos termos do direito internacional, o Marrocos não tem direito de conceder acesso a recursos que pertencem somente ao povo do Sahara Ocidental. A 20 de Dezembro, o Congresso dos EUA aprovou uma lei que exige o respeito pelos direitos humanos no Sahara Ocidental como condição prévia para qualquer ajuda financeira e militar a Marrocos.

101. A Conferência poderá exortar as partes a cooperarem seriamente com o Enviado Pessoal para uma resolução definitiva da disputa dentro do contexto das decisões e resoluções pertinentes da UA e das Nações Unidas. A Conferência pode também reconhecer e apoiar os esforços da Comissão, nos termos dos seus pronunciamentos sobre a questão do Sahara Ocidental, incluindo as consultas com o Enviado Pessoal das Nações Unidas e as discussões que o Presidente da Comissão teve com o

Presidente Mohamed Abdelaziz de SADR, em Dezembro de 2011, na véspera da realização do 13º Congresso da Frente Polisário.

ii) ACOMPANHAMENTO DO RELATÓRIO PRODI SOBRE A PARCERIA UA-ONU.

102. Na sua 16ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, nos dias 30 e 31 de Janeiro de 2011, a Conferência da União encorajou o Presidente da Comissão a elaborar e apresentar ao CPS um relatório sobre a visão estratégica da UA em relação à cooperação entre a União Africana e as Nações Unidas em matéria de paz e segurança, tendo em conta as decisões da UA e a necessidade de interpretação flexível e criativa do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas [AssemblyAUDec.338 (XVI)]. Este pedido foi feito no contexto da declaração presidencial aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas a 22 de Outubro de 2010 em que este órgão realçou a intenção do Secretário-geral submeter um relatório que irá definir a visão estratégica do Secretariado das Nações Unidas em relação à cooperação Nações Unidas-UA em matéria de paz e segurança. Na sua 5ª reunião anual consultiva realizada em Adis Abeba, a 21 de Maio de 2011, o CPS e o Conselho de Segurança afirmaram que aguardavam com expectativa os relatórios que o Secretário-geral das Nações Unidas e o Presidente da Comissão tencionavam submeter sobre as suas respectivas visões estratégicas em relação à cooperação entre a UA e a ONU.

103. Ao longos dos anos, a UA e a ONU tomaram uma série de medidas para reforçar a sua parceria. A parceria entre a Comissão e o Secretariado registou resultados louváveis. Modalidades inovadoras, tais como a operação híbrida em Darfur e o pacote de apoio da ONU a AMISOM, foram concebidas e implementadas com vista a responder à realidade em rápida evolução no terreno. O CPS e o Conselho de Segurança da ONU envidaram igualmente esforços para consolidar a sua parceria. Além disso, são necessários esforços adicionais para o estabelecimento de uma relação mais estratégica entre a UA e a ONU no domínio da paz e segurança. Uma abordagem desta natureza torna-se mais premente pelo facto de África, apesar dos progressos significativos alcançados durante os últimos anos, continua a registar o maior número de conflitos em todo o mundo. Além das tradicionais ameaças à paz, segurança e estabilidade, o continente africano enfrenta agora um novo conjunto de ameaças.

104. Este historial influenciou, portanto, o relatório do Presidente da Comissão e a decisão posterior do CPS sobre a necessidade da UA e a ONU desenvolverem uma parceria mais forte, assente numa interpretação inovadora, estratégica e progressista do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. Mais especificamente, o Presidente propôs que a UA e a ONU devem chegar a acordo sobre um conjunto de princípios que visam esclarecer a sua relação e baseá-la numa plataforma mais sólida. Do ponto de vista da UA, estes princípios devem girar em torno do seguinte: apoio à apropriação africana e definição de prioridades; tomadas de decisão baseadas em consultas; divisão do trabalho e partilha de responsabilidades; e vantagens comparativas.

105. Paralelamente, devem ser tomadas medidas práticas com vista a melhorar a eficácia das reuniões anuais entre o CPS e o Conselho de Segurança, desenvolver interacção regular entre os seus respectivos chefes e realizar missões conjuntas no terreno. É igualmente importante que o Conselho de Segurança considere devidamente

as nossas solicitações legítimas e responda, de forma mais sistemática, às necessidades de financiamento das operações de manutenção da paz lideradas pela UA, realizadas com o consentimento das Nações Unidas. Por seu turno, a Comissão da UA e o Secretariado da ONU devem continuar a trabalhar com vista à uma maior colaboração e coordenação.

106. A 12 de Janeiro de 2012, o Conselho de Segurança realizou uma reunião sobre a parceria entre a UA e a ONU, durante a qual analisou o relatório do Secretário-geral sobre a cooperação Nações Unidas – União Africana no domínio da Paz e Segurança. A reunião, que foi presidida pelo Presidente Jacob Zuma, da África do Sul, contou igualmente com a participação do Presidente do CPS para o mês de Janeiro, o Ministro das Relações Exteriores do Quênia, Sr. Moses Wetangula, e do Comissário da UA para a Paz e Segurança, S.E. Embaixador Ramtane Lamamra. O Conselho de Segurança aprovou a resolução 2033(2012), na qual, entre outros aspectos, exprimiu a sua determinação em tomar medidas eficazes para melhorar ainda mais a relação entre a ONU e as organizações regionais, em particular a UA, nos termos do Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas. O Conselho de segurança tomou nota das respectivas visões estratégicas da parceria entre a UA e a ONU, tal como consta no relatório do Secretário-geral e do Presidente da Comissão. Salientou a importância dos esforços comuns e coordenados entre o CPS e o Conselho de Segurança, apoiou ainda uma maior interacção entre a Comissão da UA e o Secretariado da ONU e sublinhou a necessidade de se aumentar a previsibilidade, a sustentabilidade e a flexibilidade do financiamento das organizações regionais, quando estas levam a cabo operações de manutenção da paz sob a égide das Nações Unidas.

CONCLUSÃO

107. Durante o período em análise houve ganhos significativos na procura da paz, graças aos esforços da África e ao apoio recebido dos parceiros da comunidade internacional. Ao mesmo tempo, um número de desafios permanece, com a contínua prevalência de conflitos em algumas partes do continente e a tarefa de consolidação da paz, onde ela foi conseguida.

108. Neste contexto e para complementar as medidas tomadas para resolver os conflitos existentes e consolidar os resultados alcançados, há necessidade de reforçar os esforços em curso para combater as causas dos conflitos de forma holística e sistemática, incluindo através da implementação dos instrumentos existentes no domínio dos direitos humanos, o estado de direito, democracia, eleições e boa governação. A este respeito, é crucial que os Estados-membros que ainda não tenham feito o façam rapidamente a assinatura e/ou ratificação desses instrumentos e implementar plenamente as suas disposições. É igualmente importante a necessidade dos Estados-membros estender a plena cooperação ao CPS no cumprimento do seu mandato.

REUNIÕES E SESSÕES DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA
DA UNIÃO AFRICANA, DE JULHO DE 2011 A JANEIRO DE 2012

Reunião/ Sessão de Informação	Data	Agenda	Comunicado/ Outros Resultados	Documentos de Trabalho
283 ^a	6 e 12 de Julho de 2011	Sessão de informação sobre a situação no Madagáscar	Declaração de Imprensa: PSC/PR/BR. (CCLXXXIII)	
284 ^a	11 de Julho de 2011	CPS/CRP sobre o reforço da Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA) DA União Africana para melhorar a prevenção, gestão e resolução de crises resultantes de sublevações populares em África (em parceria com o Instituto de Estudos de Segurança - ISS)		
285 ^a	13 de Julho de 2011	1. Sessão de informação sobre o advento da Independência do Sudão do Sul 2. Sessão de informação sobre a situação na Líbia 3. Sessão de informação sobre a situação na Somália	Declaração de Imprensa PSC/PR/BR.1 (CCLXXXV) Declaração de Imprensa PSC/PR/BR.2 (CCLXXXV) Declaração de Imprensa PSC/PR/BR.3(CCLXXXV)	
286 ^a	10 de Julho de 2011	1. Sessão de informação sobre as actividades da UNAMID 2. Preparação da Missão de Campo para Côte d'Ivoire	Comunicado PSC/PR/COMM(CCLXXXVI)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a Situação no Sudão PSC/PR/2(CCLXXXVI) Nota Informativa sobre a Missão do CPS da UA na Côte d'Ivoire
287 ^a	21 de Julho de 2011	Sessão de informação sobre a Situação na Guiné	Comunicado PSC/PR/COMM(CCLXXXVII)	

288 ^a	10 de Agosto de 2011	1. Análise do Relatório da Missão de Paz e Segurança da CPS para Cote d'Ivoire 2. Preparação da missão do CPS para a China: oficina sobre paz e segurança	Comunicado PSC/PR/COMM(CCLXXXVIII)	Relatório da missão de campo do conselho de Paz e Segurança da União Africana a Côte d'Ivoire, 25-30 de Julho de 2011 PSC/PR/(CCLXXXVIII)
289 ^a	16 de Agosto de 2011	1. Sessão de informação sobre os recentes acontecimentos na Somália 2. Continuação da preparação da missão para a China	Declaração de Imprensa PSC/PR/BR(CCLXXXIX)	
290 ^a	22 de Agosto de 2011	Situação na Líbia		
291 ^a	26 de Agosto de 2011	Situação na Líbia (nível dos Chefes de Estado e de Governo)	Comunicado PSC/AHG/COMM.(CCXCI)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a Situação da Líbia e sobre os Esforços da União Africana para a Situação Política da Crise Líbia - PSC/AHG/3 (CCXI)
292 ^a	7 de Setembro de 2011	3. Continuação da preparação da missão para a China		Sessão de Informação sobre a Nota relativa a Oficina UA-China sobre Paz e Segurança, Beijing, 12 a 16 de Setembro de 2011
293 ^a	13 de Setembro de 2011	Análise do Relatório do Presidente sobre a Somália	Comunicado PSC/PR/COMM(CCXCIII)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a Situação na Somália PSC/PR.2(CCXCIII)
294 ^a	21 de Setembro de 2011	Situação na Líbia – reunião de Nível Ministerial	Comunicado PSC/PR/COMM(CCXCIV)	
295 ^a	27 de Setembro de 2011	1) Relatório de Implementação da Recomendação da 2ª Reunião Regional sobre o Exército de Resistência do Senhor (LRA)	Declaração de Imprensa PSC/PR/BR(CCXCV)	Projecto do Relatório do Presidente da Comissão sobre a Situação sobre a Operacionalização da

		2) Análise do Programa de Orçamento do CPS para 2012		Iniciativa de Cooperação Regional sob Égide da UA Contra o Exército de Resistência do Senhor
296 ^a	17 de Outubro de 2011	Análise do Relatório da Missão da UA para a China	Declaração de Imprensa PSC/PR/BR(CCXCVI)	Relatório da Missão da Delegação da União Africana à Oficina China-UA sobre Questões de paz e Segurança. 13 a 18 de Setembro de 2011, Beijing, República Popular da China PSC/PR/2 (CCXCVI)
297 ^a	20 de Outubro de 2011	1) Sessão de informação sobre os esforços da UA na República do Sudão, na República do Sul do Sudão e sobre as actividades do Painel de Alto Nível da UA para Implementação 2) Sessão de Informação sobre a situação na Líbia	Comunicado PSC/PR/COMM/1.(CCXCVII) Comunicado PSC/PR/COMM.2(CCXCVII)	
298 ^a	17 de Novembro de 2011	1) Sessão de Informação sobre a situação na Somália 2) Sessão de informação sobre a visita do Presidente da Comissão e Painel dos Sábios à República Democrática do Congo	Declaração de Imprensa PSC/PR/BR.1(CCXCXVIII) Declaração de Imprensa PSC/PR/BR.2(CCXCXVIII)	
299 ^a	22 de Novembro de 2011	1) Análise do Relatório da Comissão sobre a operacionalização da Iniciativa Regional da UA contra o Exército de Resistência do Senhor 2) Informação actualizada sobre os últimos acontecimentos no Egipto	Comunicado PSC/PR/COMM.(CCXCIX) Declaração de Imprensa PSC/PR/BR.(CCXCIX)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a Operacionalização da Iniciativa de Cooperação Regional sob Égide da UA Contra o Exército de Resistência do Senhor - PSC/PR/(CCXCXIX)
300 ^a	28 de Novembro de 2011	Sessão de informação sobre Darfur		

301 ^a	30 de Novembro de 2011	Análise do Relatório do Painel de Alto Nível da UA para Implementação no Sudão	Comunicado PSC/PR/COMM./(CCCI)	Relatório do Presidente da Comissão sobre os esforços e actividades do Painel de Alto Nível de Implementação da União Africana no Sudão - PSC/PR/(CCCI)
302 ^a	2 de Dezembro de 2011	As fases seguintes da implementação do mandato da AMISOM	Comunicado PSC/PR/COMM.(CCCII)	Relatório do Presidente da Comissão sobre a Implementação da Segunda Fase do Mandato da Missão da UA na Somália (AMISOM) PSC/PR/(CCCII)
303 ^a	8 de Dezembro de 2011	1. Análise da situação de Madagáscar 2. Análise do Relatório do Presidente da Comissão sobre o Estado do terrorismo em África	Comunicado PSC/PR/COMM.1 (CCCIII) Comunicado PSC/PR/COMM.2 (CCCIII)	Relatório do Presidente da Comissão sobre o Terrorismo em África e Esforços da UA para Abordar o Flagelo PSC/PR(CCCIII)
304 ^a	15 de Dezembro de 2011	Preparação do Retiro/Consulta do CRP sobre a Arquitectura da Governação Africana		
305 ^a	22 de Dezembro de 2011	Implementação das fases seguintes do Mandato da AMISOM	Declaração de Imprensa PSC/PR/BR.(CCCV)	
306 ^a	5 de Janeiro de 2012	Implementação das fases seguintes do mandato da AMISOM	Comunicado PSC/PR/COMM.(CCCVI)	
307 ^a	9 de Janeiro de 2012	Análise do Relatório da Parceria Estratégica da UA-ONU	Comunicado PSC/PR/COMM.(CCCVII)	Relatório do Presidente da Comissão entre UA-ONU sobre a paz e segurança. PSC/PR/2.(CCCVII)